



**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Ata da Reunião Ordinária de Outubro - 2024**

**Data:** 21 de outubro de 2024

**Início:** 14h30min **Término:** 17h

**Local:** Auditório Cláudio Ulpiano

**Reunião em modo:** Presencial

**LISTA DE PRESENÇA**

**SEMAS:** Monique Franco Marinho Bastos e Mariana Meirelles;

**Secretaria Municipal Adjunta de turismo:** Glauber Henrique Santos Caldas;

**ACIM:** José Eduardo Carramenha;

**Associação Raízes:** Jane da Conceição Ribeiro da Costa;

**S.O.S Praia do Pecado:** Leonardo Pereira Machado;

**Instituto Visão Social:** Bernadete Vasconcellos;

**Instituto Acesso:** Virginia Nogueira de Carvalho;

**Entidade Pesqueira:** Valeria Docilio da Silva;

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro - CAU-RJ:** Marcelino da Silva Fernandes;

**NUPEN:** Rodrigo Lemes Martins;

**UFF:** Jorge Luiz Lourenço

**Convidados:** Guarda Ambiental - Comandante Raquel Giri, NEA-BC - Sônia Oliveira, Associação Raízes - Wagner Nunes Firmino

**INSTITUIÇÕES AUSENTES**

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Saúde;

Procuradoria Geral do Município;

Secretaria Municipal de Obras;

Secretaria Municipal Adjunta de Saneamento;

HP

Secretaria de Ordem Pública;  
Secretaria Municipal Adjunta de Ciência e Tecnologia;  
Comissão de Meio Ambiente da Câmara Legislativa de Macaé;  
CBH;  
CDL;  
OAB;  
UENF.

#### JUSTIFICATIVAS

**SEMAS:** Isaura Sales da Silveira Monteiro e Gabriela Pascoal Certório;

#### PAUTAS

- I – Aprovação de ATA;
- II – Regularização de Grade;
- III – Prestação de Contas do Fundo Ambiental;
- IV - Informes Gerais.

#### PRODUÇÕES

A **Secretária Geral Monique** deu início à nona reunião ordinária do COMMADS, realizou a primeira chamada, sem obtenção de quórum, e a segunda chamada, às 14:30, com quórum suficiente para o início da sessão. Leu a lista de presentes, ausentes e as justificativas encaminhadas. Após, realizou a leitura do edital nº 013/2024.

O **Vice-presidente Carramenha** fez uso da palavra, cumprimentou os presentes, destacou a importância da presente reunião por abordar, em sua pauta, a prestação de contas do Fundo Ambiental e pediu disciplina nos usos de tempos de fala.

#### PAUTA I:

A **Secretária Geral Monique** explicou que, devido à antecipação da reunião do COMMADS em uma semana, houve redução do tempo para a elaboração da ata, e que, além disso, os servidores estiveram envolvidos com a realização de dois eventos: "Semana do Consumo Consciente" na Casa do Servidor e Feira de Ciências em parceria com a UFRJ. Com essas afirmativas, justificou o não envio da ata para os conselheiros e se comprometeu de fazê-lo para aprovação em reunião subsequente.

14

## PAUTA II

A **Secretária Geral Monique** informou que continuavam as vacâncias nas cadeiras da sociedade civil, entre elas, duas vagas de associações de moradores, uma vaga de entidade pesqueira e uma vaga para sindicato. O **Vice-presidente Carramenha** conclamou a todos para que contribuíssem e convidasse entidades para suprir estas vacâncias.

## PAUTA III

O **Servidor Fernando Lacerda** iniciou a apresentação das informações sobre o Fundo Ambiental. Iniciou abordando os dois tipos de receitas que chegam ao Fundo: processos ambientais, de obtenção de certidões e de multas, e receitas de rendimentos de recursos aplicados. Informou que as receitas de janeiro a setembro de 2024 somaram R\$ 1.232.040,00 (um milhão, duzentos e trinta e dois mil e quarenta reais). Destacou que o mês de julho foi o de maior arrecadação, de R\$ 261.000 (duzentos e sessenta e um mil reais) e que só os processos ambientais foram responsáveis pelo montante no valor de R\$ 849.423,00 (oitocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e vinte e três reais) enquanto as aplicações renderam uma média de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) /mês, totalizando R\$ 382.617,36 (trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e dezessete reais e trinta e seis centavos). Sobre o saldo bancário, relatou haver R\$ 6.208.000,00 (seis milhões duzentos e oito mil reais), em janeiro de 2024, fechando em mais de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões) (o valor exato ficou inaudível na gravação). Entrando no orçamento do Fundo, passou a relatar sobre as despesas, apresentando o montante correspondente a R\$ 120.532,00 (cento e vinte mil, quinhentos e trinta e dois reais) referentes a despesas administrativas e de manutenção, principalmente com aluguéis, diárias, despesas com passagens, e pequenas despesas com materiais de consumo e serviços de reparos, pessoa física e pessoa jurídica, na sede da SEMAS, além eventuais despesas vinculadas às dotações de obrigações tributárias, despesas com exercício anterior, outros serviços, obras e equipamentos. Explicou que não havia trazido a relação de empenhos mas que estava apresentando as dotações previstas e os tipos de despesas. Frisou que estes recursos não são oriundos do governo, mas do próprio saldo financeiro do órgão, de rubrica ambiental. Destacou que a movimentação maior se dá na dotação para pessoa jurídica, por conta do aluguel da base da SEMAS, que material de construção representou uma movimentação menor e que na dotação para equipamentos tinha uma reserva em função de um processo de aquisição de material de escritório que se encontra em andamento. Acrescentou que todas as informações se encontram disponíveis no Portal da Transparência. O **Vice-presidente Carramenha** falou da experiência de execução orçamentária pelo Comitê de Bacias Hidrográficas e perguntou se, no caso do Fundo

mf

Ambiental, a aquisição de equipamentos de medição e monitoramento diversos, para fins de controle ambiental e tomadas de decisões fundamentadas, poderiam ser adquiridos através desta dotação, havendo o devido e prévio provisionamento. Reforçou a relevância destes equipamentos para a apuração de denúncias diversas que chegam à SEMAS e ao COMMADS. A responsável pelo **jurídico do Fundo, Laiza**, explicou que equipamentos podem ser adquiridos pelo Fundo, mediante o devido processo licitatório, e que serviços costumam ser contratados através da rubrica da Prefeitura, visando-se evitar o total esgotamento dos recursos do Fundo. Uma interlocutora que não se identificou e não foi anunciada perguntou se os recursos vinculados à rubrica da Prefeitura estavam, também, no Fundo Ambiental, ao que foi respondido que não. Perguntou também sobre o que seria a dotação "Outros Serviços de Terceiros" com provisão de R\$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento e setenta mil reais), pediu informações sobre a dotação "Equipamentos e Material Permanente" e questionou sobre a localização do valor do aluguel da base da SEMAS. O **servidor Fernando Lacerda** explicou a estrutura do relatório apontando que a primeira coluna dizia respeito à provisão orçamentária e não de empenhos. Exemplificou que o valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) presente na rubrica "Diárias" se tratava apenas de uma provisão a ser gasta ao longo do ano. Da mesma forma, explicou que o valor de R\$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento e setenta mil reais), na rubrica "Outros Serviços de Terceiros", se tratava de uma provisão a ser gasta, ou não, ao longo do ano, não se tratando de um elemento financeiro e, sim, orçamentário, totalizando o valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) provisionados para gastos ao longo do ano. Explicou que em cada rubrica vai se especificando valores respectivos a cada dotação. Passou para o quadro que especificava os empenhos e pagamentos no mês e, na sequência, para o quadro que especificava os empenhos e pagamentos no ano e para o quadro que demonstrava o saldo e valor reservado. Esclareceu sobre a localização dos gastos com aluguel especificando que se encontrava na linha da rubrica "Pessoa Jurídica"... "Terceiros", com o valor provisionado de R\$ 2.170.000,00 (dois milhões, cento e setenta mil reais), onde consta o valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) empenhados e o valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) já pago. O **Conselheiro Leonardo Machado** questionou quanto havia de saldo no Fundo atualmente que poderia ser gasto, ao que foi respondido que seriam aproximados R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) com a observação de que esse montante foi atingido devido ao fato de não ter havido gastos, já que a arrecadação do ano foi da ordem de apenas R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). O conselheiro questionou a diferença entre o saldo atual e a provisão orçamentária de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). O **servidor Fernando** explicou que o valor orçamentário de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) foi previamente definido, mas que o rendimento fez o saldo financeiro atualizado superar em cerca de um milhão de reais a projeção inicial. Explicou também que existem procedimentos que permitem atualizar o valor orçamentário junto à Prefeitura, equiparando-o ao valor financeiro. A

ref

**Conselheira Virgínia Nogueira** fez uma fala sobre a motivação da solicitação da prestação de contas não ter se dado com base em desconfianças sobre a gestão financeira, mas sim com o intuito de se esclarecer sobre a possibilidade de deliberações compartilhadas de usos mais amplos desses recursos para atividades concretas de recuperação ambiental e mitigação de efeitos da crise ambiental que se vive atualmente, como processos de restauração florestal e estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas. Disse se sentir surpresa com o fato do Fundo Ambiental sustentar o aluguel da Secretaria de Meio Ambiente já que a Prefeitura de Macaé é considerada uma das mais ricas do Brasil e poderia assumir essa despesa com recursos orçamentários próprios, liberando os recursos do Fundo para serem usados diretamente para fins ambientais. Defendeu um governo mais aberto à participação popular, que aceite o debate e a crítica para poder dar respostas às crises em curso. Questionou a falta de interlocução entre o Fundo Ambiental e as universidades para fomento de projetos. O **Vice-presidente Carramenha** diagnosticou ser necessário maior organização da sociedade e do próprio conselho para fomentar e recepcionar projetos de recuperação ambiental aptos a serem adotados pela gestão pública para serem implementados, com recursos próprios ou do Fundo, atendendo requisitos técnicos e legais. Defendeu a importância de investimentos em estudos para subsidiar decisões de gestão ambiental como, por exemplo, a melhor maneira de gerir a barra da Lagoa de Imboassica, abrir ou não abrir, se abrir, como e quando abrir? Deu exemplos relacionados ao Comitê de Bacias e, sobre as universidades públicas apresentarem projetos para acessarem recursos municipais, disse haver barreiras legais que fazem com que esta prática aconteça por intermédio de fundações vinculadas às universidades. A **servidora Laiza** discorreu sobre a perspectiva burocrática e legal dos processos públicos de compras e contratações, sobre os requisitos rigorosos que precisam ser cumpridos para que se viabilize o uso de recursos do Fundo, com o aval do ordenador e mediante a realização de fiscalização sobre todo o processo. Disse que o Fundo recebe as demandas da gestão da secretaria e não faz busca ativa de projetos junto às universidades porque não pode fazer escolhas diretas de potenciais proponentes de projetos. Disse, a título de exemplo da complexidade dos trâmites, que o processo de contratação do serviço de elaboração de Plano de Manejo de 4 áreas pela secretaria demandou a elaboração de um parecer jurídico de 55 páginas. Uma interlocutora que não se identificou e não foi anunciada, falou da experiência de execução de projetos por uma fundação vinculada à UENF e perguntou se haveria algum requisito de tipo de instituição (associação, cooperativa, colônia etc.), de tempo de existência da instituição para poder apresentar um projeto visando aprovação e obtenção de recursos do FUNDAM para a execução do mesmo e qual o procedimento a ser realizado para que isso ocorra. Encerrada a apresentação do FUNDAM foi encaminhado o prosseguimento da pauta, entretanto, o **Conselheiro Leonardo Machado** insistiu para que se colocasse a proposição de provisionamento de recursos para combate aos incêndios em votação. A **Secretária Geral**

rep

**Monique Franco** solicitou que o conselheiro detalhasse melhor a sua proposição. O **Conselheiro Leonardo** descreveu a proposição como sendo uma Resolução a ser encaminhada ao gestor do Fundo Ambiental, estipulando um provisionamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para compra de equipamentos de apoio ao combate a incêndios como bombas costais, sopradores e equipamentos de proteção individual – EPIs, para a Guarda Ambiental e Defesa Civil. Foi levantada a situação de necessidade de reforma estrutural na base do Parque do Barreto, mas houve um entendimento de que esta reforma se enquadra na prestação de serviços e deveria ser objeto de outra resolução. A **Coordenadora da Guarda Ambiental Raquel Giri** foi chamada a dar esclarecimentos sobre a situação da mencionada base e disse que a reforma já estava encaminhada junto à Secretaria de Obras, que não precisava que se fizesse proposição no COMMADS sobre esse tema, que bastavam os equipamentos de apoio ao combate ao fogo. O **Vice-presidente Carramenha** colocou a proposição do Conselheiro Leonardo e **a proposição foi aprovada por unanimidade**. A **Servidora Laiza** pediu a fala para dar o esclarecimento de que o Fundo não adota a prática de comprar equipamentos para outras secretarias. Houve debate entre os conselheiros sobre esta restrição ser legítima ou não. O **Vice-presidente Carramenha** propôs que a Secretaria de Meio Ambiente adquirisse os equipamentos e depois os transferisse internamente para os órgãos respectivos dos agentes de combate ao fogo. A **Coordenadora Raquel Giri** fez uma alusão ao fato de a Guarda Ambiental estar conectada ao Sistema Municipal de Meio Ambiente e contribuir na geração de relatórios para a arrecadação do ICMS Verde, agindo em muita coordenação com a Secretaria de Meio Ambiente, por tanto, fazendo jus a recepção de apoio por parte do Fundo Ambiental para ações que visam o bem comum, disse que compreende que haja entraves burocráticos mas sinalizou ser importante buscar caminhos que os superem, já que há boa justificativa para isso. O **Conselheiro Leonardo** fez uma fala afirmando que a plenária do COMMADS é soberana e que as suas decisões têm que ser respeitadas, sendo que a forma de dar encaminhamento e consequência a essas decisões cabia à Secretaria de Meio Ambiente decidir. O **Vice-presidente Carramenha** pediu uma salva de palmas em comemoração à decisão do COMMADS, dizendo estar feliz em ver o conselho usando a sua prerrogativa de decidir sobre aspectos concretos da gestão ambiental municipal.

#### ORDEM DO DIA

#### INFORMES

A **Conselheira Jane Ribeiro** parabenizou ao Conselheiro Leonardo Machado pela sua atuação no Conselho. Agradeceu à equipe do Fundo Ambiental, pela apresentação, ressaltando os esforços que haviam sido feitos dentro do conselho para que este momento

nel

ocorresse. Fez uma sugestão de que se provisionasse recursos do FUNDAM para comprar equipamentos necessários para o bom funcionamento do COMMADS, como um gravador moderno, para melhorar a qualidade e a disponibilidade das gravações, dentre outros que sirvam para gerar e armazenar os documentos do Conselho. Reclamou sobre os atrasos das atas e demonstrou preocupação sobre as apresentações destas atas na reunião seguinte ocuparem demasiado espaço de tempo da reunião. Também defendeu que seja feito o esforço de dar publicidade às discussões e trabalhos do COMMADS pelo menos uma vez ao mês. A **Conselheira Bernadete** defendeu que as reuniões do COMMADS sejam transmitidas pela internet, ampliando o alcance de participação e acompanhamento dos debates do colegiado. Sugeriu que se realize a compra dos equipamentos necessários com recursos do Fundo. Deu o exemplo da Câmara de Vereadores que filma as sessões e as deixa acessíveis em um canal do Youtube para quem queira assistir. Falou da ausência de programa de reflorestamento em Macaé e da situação grave, generalizada e impune dos desmatamentos no município, falou de aprovação de projetos polêmicos e causadores de impacto que não passaram pelo COMMADS, da antiguidade dos temas debatidos e da dificuldade em se ter as demandas atendidas. Lembrou a todos sobre as responsabilidades dos conselheiros do COMMADS, alertando sobre riscos de se ter que responder por omissões e posicionamentos prejudiciais. Falou que o INEA está licenciando empreendimentos que desmatam em larga escala. Discorreu sobre a importância de destinar recursos do Fundo para projetos de reflorestamento de matas ciliares, faixas marginais de proteção, protegendo as florestas para manter o ciclo da água, para "produzir água", neste contexto de escassez. A **Conselheira Valéria Docilio** questionou a fala da Conselheira Jane sobre a relação da aquisição de bons equipamentos com a realização de gravação e a disponibilização dos áudios para os conselheiros, contra argumentou, também, sobre os trabalhos da secretaria do COMMADS e deu um depoimento sobre ter solicitado o áudio da reunião do COMMADS e ter prontamente recebido. Também abordou o assunto do acúmulo de atas. A **Conselheira Virgínia Nogueira** contra argumentou que se faz necessário desburocratizar e ampliar democraticamente o acesso às informações do conselho para toda a população. A **Secretária Geral Monique Franco** falou que a melhoria da comunicação dos trabalhos do COMMADS era um pleito recorrente e antigo. Passou os informes sobre as diligências tomadas pela SEMAS junto à Secretaria de Comunicação – SECOM, solicitando a gravação e disponibilização destas gravações no site da Prefeitura. A SECOM respondeu não ter espaço suficiente no serviço de hospedagem da *web* para armazenar este conteúdo. Rememorou que, na sequência, foi proposto que as reuniões fossem gravadas e transmitidas pelo Youtube com *link* de acesso no Portal da Transparência. A Secretária manifestou receptividade à proposta mas pediu um pouco de paciência porque o COMMADS estava em uma situação provisória e logo deveria voltar ao Paço Municipal, auditório da Prefeitura que possui recursos tecnológicos aptos a darem este tipo de suporte ao Conselho.



Sobre o pedido da Conselheira Bernadete para que a Secretaria de Comunicação participe de reuniões do COMMADS a Secretária informou que precisaram esperar passar o período eleitoral para fazer esses contatos e que em breve apresentaria os retornos dados ao COMMADS. Disse que estes informes estão para ser dados há meses, mas que não houve espaço para fazê-lo. A **Conselheira Bernadete** propôs que a se colocasse para a plenária autorizar que a Revista Visão Social pudesse realizar as gravações das reuniões e disponibilizar o link de acesso em seus canais, alegando que os trâmites burocráticos para dar essa publicidade aos trabalhos do COMMADS são muito lentos. A **Secretária Geral Monique Franco** solicitou que a conselheira realizasse essa solicitação por escrito, via e-mail da secretaria do COMMADS, para explicar o que exatamente a Revista Visão Social deseja fazer para dar publicidade ao COMMADS e para que o assunto pudesse entrar na ordem do dia da reunião seguinte. O **Conselheiro Marcelino**, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, CAU – RJ, fez um relato da experiência do Conselho de Arquitetura em transmitir as suas reuniões via Youtube, inclusive viabilizando votações de conselheiros fisicamente ausentes através do aplicativo Zoom. Convidou a todos os membros do COMMADS que participassem da próxima reunião do conselho do CAU, a realizar-se no dia 5 de novembro, às 14h, para que pudessem observar a forma como se organiza a transmissão. A **Conselheira Valeria Docilio** considerou bem vinda a ideia mas ponderou que haja observância à Lei Geral de Proteção de Dados e disse que não havia assinado qualquer documento de autorização de uso de imagem e voz, dentre outros dados pessoais. Defendeu que este documento, que deve ser atualizado a cada um ano, seja empregado e assinado pelos conselheiros para viabilizar as transmissões. O **Conselheiro Leonardo Machado** pediu a palavra para ler trecho do Regimento Interno do COMMADS que estabelece que a Secretaria de Meio Ambiente é responsável por dar todo o suporte físico, material, administrativo, técnico, financeiro e de recursos humanos ao funcionamento do Conselho de Meio Ambiente. Solicitou o “cumpra-se” desta parte do regimento, seja com recursos próprios do orçamento da prefeitura, seja com o orçamento do FUNDAM. Sobre a fala da conselheira Valéria, disse que a reunião do COMMADS era uma reunião pública, que qualquer cidadão poderia chegar e se sentar e que a imagem de seus participantes pode ter ampla publicidade sem problema algum, por se tratar de reunião pública e aberta. A **Secretária Geral Monique Franco** informou sobre um chamamento de projetos, com inscrições até o dia 29 de outubro, pelo Fundo Casa Socioambiental para apoio e capacitação de grupos locais no enfrentamento das mudanças climáticas provocadas pelos incêndios florestais. Disse que o conselheiro que tivesse interesse se manifestasse para ela enviar o conteúdo. O **Vice Presidente Carramenha** falou da experiência de países como os Estados Unidos, Canadá e Japão onde todas as brigadas de incêndios são compostas pelas sociedade civil, se caracterizando como experiências de estratégias interessantes no enfrentamento ao fogo. A **Secretária Geral Monique Franco** falou do convite feito aos

conselheiros para participarem do evento Consumo Consciente realizado no dia 15 de outubro e perguntou se alguém havia deixado de receber o convite. Convidou a todos para visitarem a Feira de Ciência e Tecnologia, nos dias 22 e 23 de outubro, na Cidade Universitária, onde a Secretaria de Meio Ambiente estará presente com estande e com o gestor do Parque Atalaia, representantes da Guarda Ambiental, Defesa Civil, BRK e INEA. Passou aos demais informes sobre os encaminhamentos referentes aos meses de julho e agosto do corrente ano. Informou sobre ofício encaminhado à SEMASA solicitando o link de acesso ao contrato da obra da BRK, em especial o anexo 12, a partir do qual, receberam a resposta através do ofício 3803/2024 onde se informa que o contrato de Parceria Público Privada – PPP é o de número 001/2012 e que existem apenas três aditivos a este contrato. Sobre encaminhamentos da reunião de agosto, a secretária informou que a reivindicação da Conselheira Valéria Docilio, sobre o desassoreamento e limpeza do Canal Macaé-Campos, recebeu resposta oficial da Diretoria de Recuperação Ambiental do INEA e do Programa Limpa Rio, informando que o órgão está realizando intervenções de desassoreamento e limpeza nos corpos hídricos do município de Macaé, que realizou vistorias técnicas no Rio Malvinas. Informou também que os trabalhos no Rio Macaé e na estação de captação da CEDAE encontram-se em andamento, assim como trecho do Canal Macaé – Campos e CEHAB. Sobre o Canal do Capote que banha a garagem da 1001, os trabalhos foram realizados abrangendo um trecho de 2.727 metros localizados no bairro da Glória, segundo a resposta contida no ofício. Sobre outra reivindicação da Conselheira Valéria, a respeito de manter comporta localizada entre o CEMEAIS e o Batalhão da PM, na Barra, aberta, a Secretária Geral informou que foi enviado ofício da SEMAS mas ainda não havia chegado uma resposta. Sobre o pedido da retirada de pilar do meio da ponte velha, que funciona como passarela, disse que foi encaminhado ofício, no dia 17 de setembro, de número 1562/2024, para a Secretaria Municipal de Infraestrutura e que ainda não haviam enviado uma resposta. A **Conselheira Valéria Docilio** solicitou o envio dos ofícios encaminhados pela SEMAS e das respostas recebidas, via e-mail, para que ela pudesse compartilhá-las com a comunidade que representa. O **Conselheiro Leonardo Machado** questionou se os encaminhamentos haviam sido deliberados na plenária do COMMADS e disse que, sobre a retirada do pilar da ponte velha, os ambientalistas apresentavam reservas e que o assunto deveria ser melhor debatido dentro do Conselho. Alertou que a retirada do pilar pode propiciar, futuramente, uma maior degradação do remanescente de manguezal existente no Rio Macaé. Disse que a Nova Holanda, Águas Maravilhosas e adjacências, perderam grande parte de seu manguezal por conta da retirada do pilar antigo que passou a permitir a entrada de embarcações maiores no rio. Concluiu, portanto, que a destruição progressiva do manguezal do estuário do Rio Macaé tem relação com este tipo de procedimento. A **Conselheira Valéria Docilio** fez alusão à bandeira de Macaé e o fato dos símbolos da pesca estarem ali representados. Abordou o fato de a pesca artesanal ter sempre marcado

presença importante na economia de Macaé. Mencionou que a comunidade tradicional de pesca artesanal existente no Pontal defende a retirada do pilar. Relatou que a chegada da indústria de petróleo e gás expulsou essas comunidades pesqueiras de suas localidades, empurrou a todos para as periferias, juntamente com as massas de trabalhadores do país que foram atraídos para a cidade, construiu um espigão na Imbetiba, provocou diversos assoreamentos, jogou lama em cima de pesqueiros e construiu da forma como quis em cima de patrimônios ambientais da cidade e tornou cada vez mais difícil o sustento das famílias da pesca artesanal. Disse que quem garante comida no prato dos brasileiros são os pequenos agricultores e pescadores artesanais porque o agronegócio e a pesca industrial vendem para fora do país. Questionou o porquê de se desejar os avanços tecnológicos para a transmissão *on line* das reuniões do COMMADS e se achar que o pescador artesanal não pode ter um barco melhor e modernizado. Reafirmou que a retirada do pilar é muito importante para a pesca artesanal e que a comunidade pesqueira não pode ser responsabilizada pelos assoreamentos do rio e destruição do manguezal. Reclamou que os trabalhos de desassoreamento nos corpos hídricos chegam até o Aeroporto e para, não entrando em trechos dentro da Nova Holanda, dentre outras áreas tidas como perigosas. Disse que embarcações terceirizadas da indústria de petróleo e gás entram rio adentro para realizar cursos de salvatagem, dentre outras atividades, sem que haja a devida fiscalização dos impactos disso, e os pescadores são os maiores prejudicados. O **Vice Presidente Carramenha** confirmou que é bastante discutido dentro da comunidade pesqueira que o Canal Macaé-Campos contribui para levar muita sujeira, poluição e assoreamento ao Rio Macaé, e que realmente é comum entrarem embarcações da indústria de petróleo e gás dentro do rio, havendo a presença de estaleiros lá dentro. Citou também a problemática de a criminalidade cobrar pedágio de pescadores que transitam pelo rio e que abastecem seus barcos. Com isso, concluiu-se que a problemática envolvendo o rio Macaé é complexa e possui diversos ângulos, sendo maior do que um embate entre pontos de vistas ambientais e pesqueiros. O **Conselheiro Leonardo Machado** disse que não tem interesse em prejudicar os pescadores, que milita em movimentos de defesa do Rio Macaé desde os anos 70 e que aprendeu a surfar no Pontal, em uma época em que ali não havia mais do que seis famílias de pescadores. Disse que as pessoas que moram na Nova Holanda e na Leocádia não vieram do Pontal e nem da Imbetiba, mas sim, de fora da cidade, que vieram explorar o farto pescado na costa macaense. Portanto, disse que não queria polemizar sobre os direitos dos pescadores, mas alertar sobre o risco de uma degradação ainda maior do manguezal que se situa dentro da Área de Preservação Ambiental – APA do estuário do Rio Macaé, área fundamental para manter a sustentabilidade da pesca e do ganha pão dos pescadores. A **Conselheira Virgínia Nogueira** fez uso da palavra para dialogar com a Conselheira Valéria Docílio no sentido de que ela não saísse da reunião do COMMADS com a impressão de que um ambientalista estava contra os pescadores, que não se tratava disso e que ela tinha o

apoio dos ambientalistas para as pautas dos pescadores. A **Conselheira Bernadete** convidou a Pescarte e aos demais membros do Conselho a participarem da Feira de Responsabilidade Social prevista para acontecer nos dias 16, 17 e 18 de dezembro, onde serão feitos debates e grupos temáticos que gerarão propostas que serão levadas para a COP 30 a ser realizada em Belém em 2025. Defendeu como uma oportunidade de dar mais visibilidade às problemáticas vividas pelo pescador artesanal. Uma interlocutora da comunidade da pesca presente relatou que o desembarque dos pescadores era no mercado e que depois o local virou porto para os rebocadores levarem mercadorias para as plataformas, prejudicando o desembarque dos peixes na localidade. Posteriormente estabeleceu-se o pequeno porto pesqueiro da pororoca, o que teria levado muitos pescadores locais a irem embora de Macaé, para Campos, Atafona e Cabo Frio. Confirmou que os barcos maiores realmente encontram problemas para passar na localidade da ponte velha e acabam tendo uma maior dificuldade logística na atividade de pesca. Falou também da disputa de espaço com os rebocadores para conseguir aportar. A **Secretária Geral Monique Franco** retomou os informes sobre os encaminhamentos das reuniões passadas. Falou sobre a reivindicação do Conselheiro Leonardo Machado a respeito do recolhimento de resíduos de poda às margens do Canal Macaé-Campos e na Praia do Pecado. Comunicou que foi enviado o ofício nº 1618/2024 da SEMAS para a Secretaria Adjunta de Serviços Públicos, sobre esse assunto. Informou ainda que, quanto à solicitação do Conselheiro Alcikley, a respeito de uma resposta da SEMAS a um e-mail enviado pela cooperativa Macaeco, no que diz respeito a um terreno público em situação de abandono, o referido e-mail foi enviado no dia 26 de setembro e respondido no dia 27 de setembro com orientações de que se fizesse contato direto com a Secretaria Adjunta de Patrimônio solicitando esclarecimentos a respeito da possibilidade de se realizar procedimento de cessão de uso de espaço público. Na resposta também constava que as informações também poderiam ser buscadas junto à Procuradoria Geral do Município. Com a ausência do Conselheiro Alcikley, a Secretária ofereceu a cópia do e-mail de resposta para que a Conselheira Virgínia entregasse em mãos do conselheiro ausente. Sobre a reivindicação do Conselheiro Alcikley, reiterada pela Conselheira Virgínia, de formalização de uma Comissão de Fiscalização e Finanças, foi aberto um processo administrativo, de numeração 71617/2024, encaminhado à Coordenadoria Jurídica da SEMAS para a realização de consulta sobre como proceder em relação a essa formalização. Quanto à solicitação do Conselho, de convocação do presidente ou representante da Comissão de Monitoramento Climático, para prestar esclarecimentos sobre a execução das atribuições previstas na regulamentação da Comissão e sobre a fonte e forma de custeamento das despesas destas ações, a Secretária Geral informou que foi encaminhado o ofício 1701/2024 ao Gabinete do Prefeito solicitando esta apresentação. Disse que ainda não chegou a resposta ao ofício e, por essa razão, não foi possível incluir o assunto no Grande Expediente do COMMADS na

presente reunião. Como elementos para a próxima pauta do COMMADS, a Secretária pontuou a apresentação das atas de setembro e outubro, o assunto da regularização da grade de representantes, a apresentação de diagnóstico da equipe do Plano de Manejo, apresentação da Câmara Técnica de Processos de Julgamentos e apresentação da Secretaria de Infraestrutura a respeito do sistema de drenagem municipal. Sobre a apresentação da equipe do Plano de Manejo, a Secretária disse ser uma apresentação imprescindível para que haja uma prestação de contas do trabalho realizado e se evite o atraso da entrega do produto deste trabalho, já que a apresentação do diagnóstico ao COMMADS é etapa fundamental do processo, constante do cronograma de trabalho. Sobre a apresentação da Câmara Técnica de Processos de Julgamentos, a Secretária Geral informou que, na época, enfrentaram grandes dificuldades em sua formalização, que, atualmente, a mesma estava formada, mas ainda não haviam realizado reuniões, e que, no momento, havia mais de 100 processos precisando passar por esta instância. Dentro deste contexto e na necessidade de se prestar contas sobre o trabalho da Câmara Técnica está sendo proposta a apresentação do grupo no Grande Expediente do COMMADS. Sobre a pauta da apresentação da Secretaria de Infraestrutura sobre o sistema de drenagem do município, a Secretária esclareceu que se trata de um pedido um tanto antigo que passou para o final da fila dos pontos de pauta, por decisão do próprio Conselho, diante de outras questões que se apresentaram com maior urgência, mas que não foi esquecida e que está sendo sugerida, pela Secretaria do Conselho, para constar na próxima pauta. A **Conselheira Valéria Docílio** apresentou o tema do recolhimento do óleo das embarcações como mais uma proposta de pauta da comunidade da pesca artesanal no Conselho de Meio Ambiente. Expôs que representa um grupo grande que engloba cerca de mais mil pessoas associadas na Colônia de Pescadores, além dos pescadores artesanais que foram mapeados em Censo do PEA – Pescarte, nos anos de 2023 e 2024, dados estes que a conselheira ofereceu disponibilizar para quem manifestasse interesse. Informou que o município já realizou este trabalho de coleta antes, contando com uma localidade de coleta oferecido pela própria comunidade, contando com estruturas de bombonas de coleta em que os pescadores depositavam o óleo retirado, e o município dava a devida destinação. Disse que há muito tempo este serviço deixou de ser oferecido e os pescadores tentam resolver por conta própria, sem apoio e orientação. Disse que a comunidade pede o retorno e ampliação deste serviço e que isso é uma demonstração da preocupação dos pescadores com o meio ambiente, mas que precisam de apoio. A **Secretária Geral Monique** sugeriu que esta demanda seja, neste momento, encaminhada como solicitação de informações à Secretaria pertinente para que o serviço volte a funcionar e não como pauta para a próxima reunião. A **Conselheira Valéria Docílio** acatou a sugestão. A **Conselheira Virgínia Nogueira** propôs que se abrisse um debate no Conselho tratando da coleta de lixo pelos caminhões, incluindo a questão das condições de trabalho destas pessoas. Se disse incomodada como cidadã em

ru

presenciar o grau de precariedade e os riscos enfrentados por estes trabalhadores. Falou ainda sobre o caso ocorrido há alguns meses, em que o Conselheiro Thièrs, em sua cobrança sobre informações das contrapartidas sobre os impactos da construção da estrada do Sana, passou a ser perseguido e ameaçado, em grande medida, devido a um processo de incitação ao ódio e à agressão física, promovida por uma pessoa contra ele, nas redes sociais. Apontou que esta pessoa responsável pela incitação é funcionário da Prefeitura, conforme já exposto antes no COMMADS, questionou sobre quais medidas administrativas foram adotadas pela SEMAS, a título de empregadora da pessoa envolvida, para punir a conduta violenta do servidor. Explicou que a cobrança não é movida por punitivismo, mas pela necessidade de evitar que casos como este voltem a acontecer. A **Conselheira Bernadete** alertou para o fato de que a ponte nova, com as chuvas, tem apresentado acúmulos de água que têm feito os carros desviarem, provocando riscos de acidentes. Propôs que seja feito encaminhamento à Secretaria de Obras solicitando alguma intervenção que possibilite o escoamento desse acúmulo de água. A **Conselheira Jane Ribeiro** perguntou sobre diligências em relação a pedidos que fez nas reuniões anteriores sobre a realização da Conferência Municipal de Meio Ambiente e sobre o uso de produtos na construção de lajes, que poluem o ar. Explicou que este tipo de preparo de lajes têm substituído os telhados e têm constituído estruturas que acumulam água e proliferam mosquitos, além de poluir o ar através do aquecimento de um material emborrachado com a queima de gás de cozinha. Pediu também que as respostas aos pedidos da Conselheira Valéria também lhe sejam encaminhadas. A **Secretária Geral** explicou que o fato de a ata não ter ficado pronta prejudicou o encaminhamento de algumas demandas e pediu que, nessas situações, as demandas sejam encaminhadas por escrito, via e-mail do conselho, para colaborar com a agilidade dos encaminhamentos. Explicou que o horário da reunião havia chegado ao seu limite, fazendo imperar a necessidade de encerramento da mesma, agradeceu a presença de todos.

#### **Encaminhamentos:**

- 1- Dar informes sobre a Conferência Regional de Meio Ambiente;
- 2- Encaminhar para o Fundo Ambiental e Gabinete da SEMAS, deliberação do COMMADS decidindo o provisionamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dos recursos do Fundo para a compra de equipamentos, especialmente bombas costais e sopradores, e EPIs para combate a incêndios, a serem posteriormente transferidos para a Guarda Ambiental e Defesa Civil;
- 3- Encaminhar ao FUNDAM e ao Gabinete, pedido de provisionamento de recursos para a

aquisição de equipamentos que permitam aprimorar o funcionamento do COMMADS, gravar e transmitir, de modo *on line*, as suas reuniões;

- 4- Encaminhar aos órgãos competentes solicitação de informações sobre o porquê do término do programa de coleta de óleo de embarcações dos pescadores; solicitar a sua reimplantação e ampliação, em atendimento de solicitação da comunidade pesqueira;
- 5- Encaminhar documento para a Secretaria de Obras solicitando parecer sobre a legalidade do procedimento de impermeabilização de lajes usando gás de cozinha para aquecimento de materiais emborrachados; consultar a fiscalização de meio ambiente sobre a conformidade desta prática; encaminhar para a Zoonoses, pedido de inspeção, no bairro Mirante da Lagoa, de obras e casas com lajes impermeabilizadas expostas ao tempo e sujeitas ao acúmulo de água e proliferação de mosquitos transmissores de doenças como Dengue, Zika e Chikungunya;
- 6- Encaminhar ofício à Secretaria de Obras solicitando observação e providências sobre o acúmulo de água, em decorrência de chuva, na ponte nova da Barra, criando bolsões de água e risco de acidentes;
- 7- Solicitar participação da SECOM no Grande Expediente da reunião do COMMADS, que esta acompanhe as reuniões do conselho, produzindo conteúdo para divulgar no site, uma vez ao mês, e que oriente e dê suporte para que se viabilize a transmissão das reuniões pela internet.

#### DATA E PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

**Data:** 25 de novembro de 2024 **Horário:** 14:00h **Local:** Auditório Cláudio Ulpiano

**Reunião em modo:** Presencial

**Pautas solicitadas para a próxima reunião ordinária:**

##### Pequeno Expediente

- Aprovação de ATA;
- Regularização de grade;
- Respostas de Encaminhamentos e Comunicados
- Tribuna Livre

24

## Grande Expediente

- Apresentação da Câmara Técnica de Processos de Julgamentos;
- Balanço anual das atividades apresentadas no Parque Atalaia.

## Ordem do Dia

- Deliberações de Proposições
- Informes Gerais

*Handwritten signature*